

**VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho.
O Trabalho no Século XXI. Mudanças, impactos e perspectivas.**

GT 13 - Trabalho imaterial e suas configurações na “nova economia”

Título: O Trabalho Docente na Perspectiva das Organizações Internacionais: Banco Mundial, UNESCO e CEPAL: uma análise das recomendações e das tendências a precarização do trabalho.

Autor: Luciane Francielli Zorzetti Maroneze

O Trabalho Docente na Perspectiva das Organizações Internacionais: Banco Mundial, UNESCO e CEPAL: uma análise das recomendações e das tendências a precarização do trabalho.

Resumo: O objetivo deste texto é analisar as novas configurações que caracterizam o trabalho docente, vinculado à educação básica, considerando as interconexões com o processo de reorganização capitalista. No encaminhamento das discussões, destaca-se a interferência das organizações internacionais que, inseridas na dinâmica das reformas neoliberais, conferem novas formas de gestão e organização do trabalho docente, requisitando um novo perfil profissional. Para tal abordagem, busca-se estabelecer a interlocução com as recomendações expressas em documentos produzidos no âmbito das organizações internacionais, como: Banco Mundial, Unesco e Cepal. Tais documentos são fundamentais para compreender a influência dessas organizações na definição de temas que, ao compor a agenda internacional e nacional de políticas educacionais, interferem na organização do trabalho docente.

Palavras-chave: Mundialização financeira do capital; Precarização do trabalho docente; Organizações Internacionais.

Introdução

Desde a crise mundial do capitalismo, nas últimas décadas do século XX, passando pela crise processada no início deste século, mais precisamente a partir de 2008, observa-se que as transformações operadas nos espaços laborativos vêm impondo novas exigências aos mais variados setores sociais e atividades do trabalho, envolvidas direta e indiretamente na produção, num processo que, a rigor, é marcado pela profunda depreciação do trabalho regulamentado, bem como dos direitos sociais e trabalhistas.

A dinâmica das mais variadas formas de desregulamentação do trabalho, a qual Antunes (2003), denomina de *nova morfologia do trabalho*, no contexto da reestruturação produtiva e do ideário neoliberal, são traduzidas pelo capital em elementos naturais e inevitáveis para o enfrentamento de sua crise. Como bem reitera Galvão (2007), novas frentes de acumulação se abrem ao capital e, uma delas, visa garantir maior flexibilidade às relações de trabalho.

Nesse movimento complexo, amplia-se o contingente de trabalhadores que se submetem as formas mais precarizadas de trabalho, expressas nos contratos temporários, sem registro em carteira, sem estabilidade, marcado pela intensificação, aumento da produtividade e de resultados imediatos.

Essa forma mais desregulamentada de trabalho, por ser desprovida de qualquer sistema de proteção social e segurança ao trabalhador, não afeta somente aqueles que estão fora do mercado formal, mesmo os que possuem vínculos estáveis são fortemente afetados pelas atuais tendências que regulam as relações de trabalho.

Inserido nessa lógica, encontra-se o trabalho docente, que não ficou imune a essas transformações. Pode-se afirmar que a sociabilidade estabelecida na esfera do mercado anunciou novos parâmetros de organização do trabalho docente que, a exemplo de outras categorias profissionais, foram submetidos às determinações que conformam à exploração capitalista do trabalho, com o atual processo de reestruturação do setor produtivo e de redefinição das formas de intervenção do Estado.

Nesse contexto delimita-se o trabalho docente como objeto de estudo e, como objetivo, a análise das novas configurações que caracterizam esse trabalho, considerando as transformações verificadas no processo de reorganização capitalista.

Trata-se de uma abordagem de caráter teórico que se fundamenta na produção de autores que vêm discutindo a temática e que lançam luz para os que almejam realizar uma análise crítica da referida problemática. Para tal, busca-se ancoragem no método dialético, que permite compreender as metamorfoses do mundo social do trabalho como parte da totalidade histórica da vida material na qual se constitui e se reproduz.

Nas condições atuais de desenvolvimento do capitalismo, pode-se afirmar que as relações sociais fundadas na exploração do trabalho e no acirramento das desigualdades sociais assumem traços mais regressivos nesta fase contemporânea. O trabalho e a satisfação das necessidades sociais são cada vez mais relegados em favor de um novo cenário econômico marcado pela valorização do capital financeiro.

A análise desse novo cenário de reorganização capitalista que abalou o mundo do trabalho, interferindo nas dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais da sociedade, sugere a necessidade de relacioná-la aos fatores mais gerais da crise capitalista, que se tornou mais evidente a partir da década de 1970, inaugurando uma nova dinâmica capitalista na forma de uma maior polarização da riqueza e da miséria.

Movida pela natureza contraditória, inerente a esse modo de produção, os traços constitutivos da crise capitalista, desde as últimas décadas do século XX, têm, segundo Braz (2012), maior duração e se refratam em períodos mais curtos, alternado períodos de crescimento, crise e recessão. É assim, que se verifica o “novo” cenário de crise evidenciado em 2008, com a crise do setor imobiliário, que inicialmente se manifestou nos Estados Unidos, avançando para outros países da Europa a partir de 2011, com manifestações e protestos em todo o globo.

Referindo-se aos traços mais evidentes da crise de acumulação do capital, Mészáros (2009, p. 65) salienta que a crise não se reduz a uma questão política, a crise é estrutural, envolve a totalidade das instituições capitalistas de controle social. De acordo com o autor, o “[...] crescimento e expansão são necessidades iminentes ao sistema de produção capitalista, e quando os limites locais são atingidos não resta outra saída a não ser reajustar violentamente a relação dominante de forças”.

Em outras palavras, o capitalismo reencontrou sua capacidade de exprimir os interesses de classe sobre os quais está assentado, recriando novas estratégias para garantir sua reprodução e a manutenção de seu domínio.

Tomando-se por base essas premissas, entende-se que o trabalho, na sociedade moderna, expressa uma configuração modelada nos limites da ordem econômica do

capital, onde o maior êxito da produção depende, em grande parte, da implementação de novas formas de gerência e de contratos de trabalho regidos pelo não cumprimento dos direitos sociais. Assim, o aumento do setor informal e dos contratos terceirizados não representa uma anomalia do mercado, apenas traduz suas estratégias para elevar os lucros da produção industrial, impondo mecanismos mais flexíveis que permitam combinar, conforme salienta Antunes (2007), a “era da informatização”, implementada pelo avanço tecnocientífico, com a “época da informalização”, em que as formas de precarização do trabalho são ilimitadas.

Como expressão das novas configurações gestadas pelo capital financeiro, a sociabilidade estabelecida na esfera do mercado anunciou novos parâmetros de organização do trabalho docente que, a exemplo de outras categorias profissionais, foram submetidos às determinações que conformam à exploração capitalista do trabalho. É assim que, tanto no contexto nacional quanto internacional, os trabalhadores docentes, como parte do grande contingente de trabalhadores, estão submetidos às contradições e a um sistema que preconiza o capital, colocando o trabalho humano como elemento de segunda ordem, embora imprescindível para a reprodução das relações capitalistas.

Na compreensão dessas novas dimensões estabelecidas ao trabalho, na qual se incluem também as exigências atuais requisitadas ao trabalho docente, é pertinente examinar o papel desempenhado pelas agências internacionais que, em suas recomendações políticas e ideológicas, apontam orientações gerais em relação à política educacional e ao trabalho docente no Brasil.

No campo educacional, as orientações para a implementação das políticas neoliberais foi um dos pontos centrais de atuação das organizações internacionais de financiamento para garantir as relações econômicas de produção. Por meio dessas políticas, as organizações passaram a propalar uma nova regulação social, destinada a reduzir os gastos públicos e controlá-los a partir do modelo gerencial, pautado nos parâmetros de eficiência e qualidade nas escolhas individuais.

Nesse contexto, insere-se o papel do Banco Mundial. No documento *Prioridades y Estrategias para la Educación*, publicado em 1995, o Banco priorizou, nos empréstimos, a capacitação em serviço e, recomendou que a questão salarial fosse condicionada ao desempenho dos alunos. Além disso, passou a questionar o fato de que o aumento salarial e o número de alunos por sala pudessem resultar em melhoria da qualidade do ensino, utilizando, como argumento, a suposta afirmativa de que a

qualidade das instalações escolares e o material didático exerceriam um impacto maior sobre a qualidade de ensino se comparado com o aumento salarial dos professores (TORRES, 2000; HADDAD, 2008).

Converging em grande parte com as teses formuladas pelo Banco, a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) reforçou os objetivos econômicos para o campo educacional, reiterando as ações de cunho economicista na organização das políticas educacionais dos países periféricos.

Em 1990, a agência elaborou o documento intitulado *Transformación Productiva con Equidad*, no qual chamou atenção para a necessidade de os países reformularem seus sistemas educativos a fim de adequá-los às exigências da reestruturação produtiva.

As orientações destinadas aos docentes também foram encaminhadas nessa lógica, com destaque ao item “Profissionalização e Protagonismo dos Educadores” contemplado no documento. Nas propostas cepalinas, destaca-se a preocupação com a melhoria da capacidade profissional dos professores, que deveria ser viabilizada por meio de ações como: programas especiais de capacitação, pautados em cursos de pouca duração, e incentivos de bonificações para complementar a defasagem salarial.

A bonificação é apresentada pela agência como estratégia eficiente para complementar o déficit salarial e elevar a produtividade. Nessa lógica, apregoa-se a necessidade de articular os salários com o desempenho docente, que passa a ser medido pelos resultados dos alunos e pelo uso eficiente dos recursos investidos na educação.

Compartilhando dessas teses, destaca-se também a atuação da UNESCO. A relevância atribuída aos docentes no processo de reforma educacional aparece no documento intitulado *Educación um Tesouro a Descobrir* – Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI, também conhecido como Relatório Jacques Delors. A elaboração desse Relatório foi iniciada em 1993 e concluída em 1996, sendo fruto de debates promovidos pela UNESCO.

No conjunto das recomendações direcionadas aos docentes, o Relatório salienta condições de trabalho adequadas, com maior motivação em situações difíceis, remuneração compatível com a formação e incentivo para aqueles que trabalham em lugares afastados. Do ponto de vista político, afirma que, no diálogo entre sindicato e instituições de ensino, é preciso ultrapassar as questões salariais e as condições de trabalho, priorizando temas mais importantes, como, por exemplo, o papel central dos professores na efetivação das reformas.

Para cumprir com esse papel, a agência prioriza valores como: motivação, interesse, paciência, dedicação, que devem ser assumidos individualmente pelos docentes. Ademais, a melhoria das condições de trabalho se restringe a ações pontuais, fragmentadas e submetidas aos valores mencionados acima.

Isso denota que, para a UNESCO, a valorização do professor deve ocorrer dentro dos limites das propostas neoliberais, que incentivam a máxima eficiência dos resultados com o mínimo de recursos investidos, delegando ao professor a responsabilidade de ser o mediador entre a carência de investimentos e a exigência dos novos padrões de qualidade conferidos à educação.

Na mediação com o cenário internacional, verifica-se que as orientações dos organismos internacionais: CEPAL, BANCO MUNDIAL E UNESCO aos países endividados, incluindo o Brasil, foram difundidas no sentido de consensuar acordos na ampliação de novos espaços para atuação do capital. No âmbito da educação e do trabalho docente essas orientações foram pensadas sob um enfoque essencialmente econômico, contrapondo os princípios de universalidade a uma educação pautada nos critérios seletivos e na eficiência obtida com o mínimo de investimento.

Nessa mesma lógica, encaminham-se as orientações sobre valorização do professor, limitada à cultura do desempenho e à manipulação da subjetividade, com a intenção de fazer com que os professores tenham um posicionamento passivo e colaborador com os propósitos da reforma. O incentivo ao bônus mérito traduz muito bem o viés economicista que sustenta as intenções de valorização do estatuto docente referido nos documentos.

Como qualquer outro tipo de trabalho, o trabalho docente vem recebendo as interferências da reestruturação produtiva e da redução dos investimentos educacionais. Os baixos salários, a introdução de estratégias mais flexíveis que tendem a desregulamentar as relações de trabalho, são alguns dos fatores que vêm repercutindo na precarização das condições de trabalho desse profissional.

Na conjuntura dos desafios impostos ao mundo do trabalho, apreender e interpretar esses elementos, como parte da configuração do trabalho docente na contemporaneidade, são fundamentais para que os principais atores, aqui em específico, os trabalhadores docentes, possam atuar coletivamente na construção de condições concretas ante as novas formas que submetem o trabalho às relações precarizadas, inerente aos interesses de acumulação crescente do capital.

Referências:

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 6. reimp. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. (Orgs). **A perda da razão social do trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 13-22.

BANCO MUNDIAL. **Prioridades y estrategias para la educacion**. Washington: World Bank, 1995.

BRAZ, Marcelo. Capitalismo, crise e lutas de classes contemporâneas: questões e polêmicas. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 111, p. 468-492, jun/set.2012.

CEPAL. UNESCO. **Educação e conhecimento**: eixo da transformação produtiva com equidade. Brasília, DF: IPEA/CEPAL/INEP, 1995.

DELORS, J. **Educação um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2000.

GALVÃO, Andréia. **Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil**. Rio de Janeiro: Renavan, Fapesp, 2007.

MÉSZÁROS, István. **O século XXI**: socialismo ou barbárie. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2009.

TORRES, Rosa Maria. Melhorar a qualidade da educação básica? as estratégias do Banco Mundial. In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian J.; HADDAD, Sérgio. (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 125-193.